

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

RA: 0019294

JOSENILTON XAVIER DO AMARAL

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NAS REGIÕES DE PROMISSÃO
E ARAÇATUBA/SP: O MONITORAMENTO E A APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE
ATER.**

Monografia apresentada a Fundação
Escola de Sociologia e Política de
São Paulo FESPSP, para obtenção do
título de Pós Graduação em Gestão
em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Claudio Lammardo
Neto.

São Paulo - SP

2014

Sumário

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.....	5
QUADROS E TABELAS	6
FIGURAS	7
AGRADECIMENTOS.....	8
RESUMO	9
PALAVRAS CHAVE:.....	9
ABSTRACT	10
KEY-WORDS:.....	10
Introdução.....	11
Referencial teórico	13
Contextualização da ATER nos Assentamentos Federais no Estados de São Paulo	23
Avaliação e monitoramento.....	25
TABELA 1 – Núcleo operacional nº 03 – Promissão	25
Metodologia do monitoramento “ <i>in loco</i> ”	26
DAS TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS.....	27
TABELA 2 – Amostra Recomendada/MDA e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal. 29	
TABELA 3 – Amostra Anual Recomendada após análise seguinte recomendações estatísticas e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal	29
TABELA 4 – Amostra Anual Recomendada após análise seguinte recomendações estatísticas e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal	30
DA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	30
Da aplicação dos questionários e resultados.....	31
FIGURA 1 – PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	31
FIGURA 2 – EM RELAÇÃO AO RECEBIMENTO DE VISITA TÉCNICA	32
FIGURA 3 – EM RELAÇÃO AO Nº DE VISITAS RECEBIDAS	33
FIGURA 4 – EM RELAÇÃO AO APROVEITAMENTO DA VISITA TÉCNICA.....	33
FIGURA 5– EM RELAÇÃO A SATISFAÇÃO COM A ATER.	34
Das Oficinas de avaliação (relatórios das oficinas)	34
TABELA 5 - Levantamento de demandas pelos assentados do Núcleo de Apoio ARAÇATUBA.....	36
TABELA 6 - Levantamento de demandas pelos assentados do Núcleo de Apoio Promissão:	37
CONCLUSÃO	38
Referências Bibliográficas	39

Apêndices 41

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.

PNATER – Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBS – Instituto Biosistêmico

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”

COATER – Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

Nº - Número

Km – Quilômetro

QUADROS E TABELAS

TABELA 1 - Núcleo operacional de ATER.

TABELA 2 – Amostra Recomendada/MDA e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal

TABELA 3 – Amostra Anual Recomendada após análise seguinte recomendações estatísticas e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal:

TABELA 4 – Amostra Anual Recomendada após análise seguinte recomendações estatísticas e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal:

TABELA 5 - Levantamento de demandas pelos assentados do Núcleo de Apoio ARAÇATUBA.

TABELA 6 - Levantamento de demandas pelos assentados do Núcleo de Apoio Promissão.

FIGURAS

FIGURA 1 – PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES PRODUTIVAS.

FIGURA 2 – EM RELAÇÃO AO RECEBIMENTO DE VISITA TÉCNICA.

FIGURA 3 – EM RELAÇÃO AO Nº DE VISITAS RECEBIDAS

FIGURA 4 – EM RELAÇÃO AO APROVEITAMENTO DA VISITA TÉCNICA.

FIGURA 5– EM RELAÇÃO A SATISFAÇÃO COM A ATER.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por vencer todos os obstáculos na execução desse trabalho de Pós-graduação.

Agradeço aos meus filhos Eduardo Menossi do Amaral, Igor Menossi do Amaral e minha esposa Ângela Cristina Menossi do Amaral pela paciência e a distância para estudar.

Agradeço ao Partido dos Trabalhadores em nome do Presidente Rui Falcão.

Ao meu orientador Professor Claudio Lammardo Neto e ao Professor Luiz Antônio Barrone da FCT/Unesp – Presidente Prudente.

A todos os Professores e colaboradores da Fundação Perseu Abramo e da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo por proporcionar o curso de Pós Graduação em Gestão em Políticas Públicas.

A todos os assentados e assentadas da Reforma Agrária da região do núcleo operacional de Promissão, envolvendo os núcleos de Apoio de Araçatuba e Promissão.

Ao Superintendente do INCRA SR (08) São Paulo, Wellington Diniz Monteiro e toda a equipe do monitoramento FESPSP x INCRA e os fiscais da ATER.

Aos meus amigos de trabalho: Agradecimento especial ao Antônio Osvaldo Storel Junior; Joelson Vieira da Silva e Jorge Silva.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a aplicação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) nos Assentamentos Federais pertencentes à chamada pública de ATER Incra SR (08). Neste trabalho adotamos a metodologia de estudo de caso, no qual observamos a empresa Instituto Biossistêmico - IBS, ganhadora da licitação pública de ATER para o núcleo operacional de Promissão, envolvendo os núcleos de apoio lotados nos municípios de Promissão e Araçatuba e os assentados da Reforma Agrária. Foram aplicados 394 questionários, como amostra do universo a partir da metodologia de monitoramento in loco através de convênio INCRA x FESPSSP para verificação da aplicação da política pública de ATER. A pesquisa conclui que mesmo tendo avançado quantitativamente na universalização da política de Assistência Técnica e extensão rural para os agricultores assentados da Reforma Agrária no núcleo operacional de Promissão, ainda está distante a execução qualitativa das metas contratadas de Assistência técnica e extensão rural.

PALAVRAS CHAVE: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, REFORMA AGRÁRIA, POLITICA PÚBLICA, GESTÃO E MONITORAMENTO.

ABSTRACT

This work aims to analyze the implementation of the National Technical Assistance and Rural Extension (PNATER) in federal Settlements belonging to the public call ATER Incra SR (08). In this work we adopt the methodology of case study, in which we observe the company Biossintético Institute - IBS, winner of the public tender for the operating ATER core Promissão, involving support centers in crowded cities Promissão and Aracatuba and settlers Reform land. 394 questionnaires were completed, as a sample of the universe from the monitoring methodology in place through agreement INCRA x FESPSSP for verifying the implementation of public policy ATER. The research concludes that even advanced try quantitatively in the universalization of technical assistance and rural extension policy for the settled farmers of Agrarian Reform in the operating core Promissão is still far qualitative implementation of the goals contracted technical assistance and rural extension.

KEY-WORDS: RURAL AND EXTENSION SERVICE, LAND REFORM, PUBLIC POLICY, MANAGEMENT AND MONITORING.

Introdução

O Trabalho de conclusão de Curso buscou analisar os serviços de ATER-Assistência técnica e Extensão Rural realizado pela empresa vencedora da segunda Chamada Pública (2011), IBS – Instituto Biossistêmico para prestação de serviços de ATER nos assentamentos federais no estado de São Paulo no Núcleo operacional de Promissão. Analisaremos a ferramenta de monitoramento de ATER realizada in loco, através do CONTRATO FESPSP x INCRA.

A Pnater nasceu do desafio de se criar meios institucionais para apoiar estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como público-alvo os agricultores familiares em suas várias modalidades, pequenos agricultores, assentados, quilombolas, povos indígenas, e outras populações tradicionais como pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas. Idealizada para funcionar de forma participativa, tal política pretende “contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho” (MDA, 2004:3).

O ponto alto dessa política é a preocupação em abrir espaços para a integração e inclusão social dos segmentos mais pobres da população rural brasileira. Os princípios orientadores da Ater têm como guia a pluralidade, as diferenças regionais e, também, econômicas e ambientais, que existem no meio rural, no sentido de assegurar uma assistência pública, gratuita, participativa, educativa, multidimensional e de qualidade, que respeite o potencial local para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Nas suas diretrizes, compatíveis com o ideal da sustentabilidade, a estrutura pública tem que introduzir mudanças institucionais que transformem suas práticas convencionais frente ao desenvolvimento da “difusão de inovação”, evoluindo para novos paradigmas tecnológicos que orientem a extensão rural pública em novas bases. Essa transformação se dá para além da transmissão de conhecimentos do pesquisador ao agricultor. Faz-se necessário construir o saber tecnológico a partir dos distintos agroecossistemas e suas, também distintas, bases culturais, sociais e econômicas. Por esses motivos, em suas novas práticas, os serviços públicos da Ater estão sendo executados com o emprego de metodologias participativas, tendo o extensionista o papel principal de educador e facilitador do desenvolvimento da comunidade de forma sustentável. Sem a preocupação de transferir o “pacote tecnológico”, esse agente atua estimulando o

potencial endógeno da localidade em manejos sustentáveis que coloquem os processos produtivos ao lado das dinâmicas ecológicas. A nova política nacional de Ater, ao mesmo tempo em que exige um novo extensionista, necessita também de novas posturas institucionais, pautadas por princípios completamente diferentes da extensão difusionista da *Revolução Verde*, entre eles:

“adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia”; “desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (MDA, 2004:7).

Os serviços de Ater, voltados a uma nova extensão rural, aos agricultores familiares, em especial aos assentados, têm, portanto, obrigatoriamente, entre suas diretrizes, o fortalecimento dessa categoria de agricultores.

O objetivo geral desses serviços públicos é assim expresso na Pnater: “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não-agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (MDA, 2004:9).

Fica claro que, nessa nova política de extensão da Ater, a agricultura familiar e a agroecologia caminham de mãos dadas na direção da construção de um novo modelo de desenvolvimento para a população pobre do rural brasileiro.

“chamada *Revolução Verde*, um modelo de desenvolvimento da agricultura, implantado na década de 60, no qual técnicas seculares foram sendo substituídas por insumos “modernos”, tratores, fertilizantes, agrotóxicos, pacotes tecnológicos que eram gestados em clima temperados, sem considerar os ecossistemas tropicais. Os técnicos são marcados socialmente e historicamente por uma concepção de campo excludente e imperialista, pela hierarquização do trabalho (manual, intelectual e doméstico) que desqualifica o trabalho na roça, a construção do conhecimento dos povos do campo, segrega a mulher e impede a geração de um conhecimento prático-esclarecido, que é fruto da interação de conhecimentos vários: acadêmicos e populares”.

A partir de 2003, o Governo Federal priorizou a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural voltada aos assentamentos de Reforma Agrária, como decorrência da necessidade de qualificação da Reforma Agrária expressa no lema do II PNRA de 2005, “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”. Com base nos conceitos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o INCRA publicou a Norma de Execução nº 39, em 30 de março de 2004, criando o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), sendo esse um primeiro marco importante da priorização desses serviços para os assentamentos de Reforma Agrária.

No entanto, para essa pesquisa se propõe discutir o uso normativo e operacional do na segunda Chamada Pública (2011) a prestação de serviços de ATER direcionada aos assentamentos federais no estado de São Paulo, analisando a empresa vencedora IBS – Instituto Biosistêmico, do Lotes Nº 03 Promissão, com denominação de Núcleos de Apoio Promissão e Araçatuba.

Referencial teórico

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, como estabelece o Decreto Nº 4.739, de 13 de junho daquele ano. Por delegação da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e redundou no documento que sintetiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004). Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão

Rural – Ater, como estabelece o Decreto Nº 4.739, de 13 de junho daquele ano. Por delegação da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e

seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e redundou no documento que sintetiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural 2004). (MDA,

Segundo a professora Elza Itani, ASPECTOS FORMAIS, OPERACIONAIS E DESAFIOS PARA AS FORMAS DE CONTRATAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: LICITAÇÕES A CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A contratação de obras, serviços e compras, deve ser precedida por licitação pública, conforme estabelecido na Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, assegurando a igualdade de condições de participação entre os potenciais fornecedores do objeto que está sendo licitado:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A IMPORTÂNCIA DO EDITAL NA CONTRATAÇÃO

O edital é o instrumento que a Administração leva ao conhecimento público a abertura da licitação, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para apresentação de suas propostas. Com isso, o Edital é a matriz do Contrato, As cláusulas contratuais influenciam a participação ou não de interessados e a formulação das propostas. Portanto, é obrigatório que o instrumento de contratação guarde perfeita harmonia com a licitação e com a proposta. A desarmonia acarreta a nulidade do ajuste ou da cláusula discrepante. Nesse sentido vale ressaltar a importância.

Critério para julgamento das ofertas apresentadas: O julgamento das propostas é a fase de análise das ofertas apresentadas na licitação. Para efeito de julgamento das propostas apresentadas na etapa competitiva da licitação, a Lei 8666/93 estabelece os tipos de Licitação, que objetivam a seleção da proposta mais vantajosa:

Lei 8666/93:

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. § 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.”

Assim, o tipo menor preço, utilizado na maioria das licitações caracteriza o critério que será adotado para o julgamento das propostas de preços ofertados na licitação, sagrando-se vencedora a proposta que contiver o menor preço entre as concorrentes. As licitações tipo técnica e preço e melhor técnica são destinadas exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, sendo que os critérios de pontuações devem estar claramente definidos no Edital.

Exercício de direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte:

Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, na fase de julgamento de propostas, é assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o exercício de direito de preferência de contratação. Encerrada a etapa competitiva, o valor da última oferta do licitante microempresas e empresas de pequeno porte, que estiver até 5% superior à proposta de menor valor, será considerada empatada, tendo a prerrogativa de apresentar oferta de menor valor. Para as licitações nas modalidades de licitação tradicionais da Lei 8666/93, adota-se o percentual de 10%.

Lei Complementar 123:

“Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.”

Sendo assim, as abordagens relativas às formas, procedimentos, bem como orientações para a contratação de obras, execução de serviços e aquisição de materiais, que constituem também parcela significativa do gasto público. A qualidade do gasto público constitui importante papel no planejamento orçamentário, na medida em que os valores dos dispêndios de cada um dos insumos consumidos são adequadamente adquiridos e contratados por preço justo. Quando os orçamentos públicos são bem geridos, é possível a obtenção de melhor equilíbrio na distribuição dos recursos destinados à prestação de serviços à sociedade e, por conseguinte, no desenvolvimento sustentável.

É incontestável o poder de compra do Estado, na qualidade de consumidor de bens e serviços, como instrumento de transformação e promoção do fomento do mercado interno.

Ressalta-se também o papel do Estado como indutor para a redução das desigualdades regionais e incentivo da participação das micro empresas e pequenas empresas nas licitações públicas para o fornecimento de bens e serviços, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento sustentável nacional. A inserção do direito de preferência das micro e pequenas empresas nas licitações públicas, estabelecida na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, foi outro importante marco para as compras públicas

A recente alteração na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei Geral de Licitações, pela Lei 12.349/2010, incluindo no artigo 3º a “promoção do

desenvolvimento nacional sustentável” como nova finalidade das licitações está alicerçada na valorização do papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

Desse modo, ações e diretrizes de sustentabilidade, que envolvem aspectos ambientais, sociais e econômicos, devem permear os processos de compras, valorizando a busca da minimização do impacto sobre a Natureza, incentivando o desenvolvimento regional, a geração de emprego, a eficiência e a inovação.

TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O instrumento da terceirização de serviços tem tomado o espaço na Administração Pública, na medida em que a Reforma do Estado veio a definir a atuação do Estado enquanto agente de atividades exclusivas na formulação e fiscalização das políticas públicas. Assim, aquelas as atividades meio, complementares, que apoiam as atividades fins do Estado, são e podem ser desenvolvidas mediante execução indireta, isto é, mediante contratos de terceirizadas. Atividades meio são aquelas empregadas na organização, acionamento e manutenção da infraestrutura administrativa, sem as quais as atividades fins não se realizam. Aquilo que não é objetivo institucional do órgão público pode ser transferido para terceiros.

Nesse sentido, no que concernem à legislação de licitação pública, posso afirmar que a contratação de empresa de ATER – Assistência técnica e extensão Rural, Instituto Biossistêmico – IBS, obedece o princípio da sustentabilidade.

Os contratos administrativos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estão inseridos em um ciclo de gestão, que se inicia com o planejamento das contratações, incluindo a identificação do público beneficiário, da demanda de serviços, do objeto e da abrangência geográfica - materializada nas Chamadas Públicas de ATER – e que tem continuidade na seleção de propostas, na contratação das entidades executoras, na execução do contrato, em sua gestão e acompanhamento, no arquivamento do processo e na avaliação da efetividade da prestação de serviços. Na gestão, monitoramento e fiscalização dos contratos deve prevalecer o interesse público, em conformidade com os princípios básicos da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da probidade administrativa e da vinculação à Chamada Pública e ao instrumento contratual. A competente atuação dos/as gestores/as, gerentes e fiscais é essencial para que as diversas áreas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

possam exercer plenamente suas atribuições, contribuindo para o cumprimento da missão da ATER.

Conforme o sistema de avaliação e monitoramento do (MDS)” – PolicyPaper 17 – UNESCO, 2006, a mesmo se constituem uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, sobretudo de desenvolvimento social, ainda que sua relevância seja inquestionável.

São muitos os desafios enfrentados para a construção e operação desse sistema. Esse texto descreve de forma sucinta alguns desses desafios, incluindo o contexto institucional e os procedimentos adotados, os quais vêm consistindo em passos decisivos para institucionalizar e integrar, no interior da administração pública, o conhecimento técnico à gestão das políticas sociais. Compartilhar as experiências, iniciativas e questionamentos em torno desse trabalho, em nossa opinião, pode ser um importante passo no caminho para aperfeiçoar e fortalecer nossa rede de proteção e promoção social, em sintonia com os mais preciosos princípios da transparência, do debate público e da responsabilidade política e administrativa.

No Brasil, a integração dessa função ao planejamento e à gestão governamental envolvendo uma concepção de administração pública transparente e voltada para resultados ainda não se institucionalizou como prática “normal”, ou seja, incorporada à visão de mundo de certa comunidade, no caso tanto os gestores e dirigentes governamentais como os demais atores envolvidos em políticas e programas específicos. Junto ao desconhecimento, encontrou-se também alguma resistência. Como observou Wildawsky, há muitos anos, as organizações não gostam de ser avaliadas (1979).

A bibliografia a de avaliação e monitoramento é ampla, comportando distintos conceitos e concepções. Isso pressupôs, no nível da Secretaria, a definição e o acordo – sobre o que se estava entendendo por monitoramento e avaliação e como essas funções deveriam ser conduzidas como parte do ciclo das políticas e programas. A seguir, abordamos brevemente as definições que passaram a ser utilizadas. Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretiva para

melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

O conceito de monitoramento encerra uma ambigüidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado, enquanto o acompanhamento dos programas se constitui em uma atividade interna da organização, um procedimento “a distância”, por outro, o monitoramento também se refere a processos “presenciais”, checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida,

Conforme o sistema de avaliação e monitoramento do (MDS)” – PolicyPaper 17 – UNESCO, 2006, a mesmo se constituem uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, sobretudo de desenvolvimento social, ainda que sua relevância seja inquestionável.

São muitos os desafios enfrentados para a construção e operação desse sistema. Esse texto descreve de forma sucinta alguns desses desafios, incluindo o contexto institucional e os procedimentos adotados, os quais vêm consistindo em passos decisivos para institucionalizar e integrar, no interior da administração pública, o conhecimento técnico à gestão das políticas sociais. Compartilhar as experiências, iniciativas e questionamentos em torno desse trabalho, em nossa opinião, pode ser um importante passo no caminho para aperfeiçoar e fortalecer nossa rede de proteção e promoção social, em sintonia com os mais preciosos princípios da transparência, do debate público e da responsabilidade política e administrativa.

A bibliografia a de avaliação e monitoramento é ampla, comportando distintos conceitos e concepções. Isso pressupôs, no nível da Secretaria, a definição e o acordo – sobre o que se estava entendendo por monitoramento e avaliação e como essas funções deveriam ser conduzidas como parte do ciclo das políticas e programas. A seguir, abordamos brevemente as definições que passaram a ser utilizadas. Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretiva para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos

regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

O conceito de monitoramento encerra uma ambigüidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado, enquanto o acompanhamento dos programas se constitui em uma atividade interna da organização, um procedimento “a distância”, por outro, o monitoramento também se refere a processos “presenciais”, checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida.

A concepção atual de uma política pública perpassa as fases de formulação, implementação, resultados e impactos, constituindo o *policy cycle* (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999).

A formulação compreende a fase na qual se define a estratégia geral de uma dada política pública (objetivos, metas, recursos, entre outros), ou seja, é a fase do desenho de um programa. Na visão clássica do *policy cycle*, a formulação é desenvolvida por uma autoridade, ou por um conjunto de autoridades que expressam suas escolhas, preferências que podem divergir daquelas que a sociedade considera relevante.

O conceito de formulação na visão clássica demonstra seu caráter insulado, pois impõe superioridade excessiva em relação às outras fases do *policy cycle*, remetendo a questionamentos quanto a práticas clientelistas e corporativas. Nesta visão, a implementação e seus efeitos não são considerados como instrumentos retroalimentadores das políticas públicas.

A visão do *policy cycle*, não como um processo simples e linear (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999), permite algum avanço em relação à visão clássica, por considerar a importância da implementação no processo de retroalimentação das políticas públicas, entretanto continua a dar ênfase maior à formulação, em detrimento da implementação, tendo em vista que é tida como uma fase em que praticamente não existem problemas, pois se assume que:

- diagnóstico que informa a formulação de políticas está essencialmente correto;
- formulador dispõe de todas as informações necessárias ao desenho das propostas programáticas;

- formulador dispõe de um modelo casual verdadeiro (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999, p. 4).

Entretanto, a supremacia dada à formulação torna a análise muito limitada, uma vez que considera problemas de implementação simples “desvios de rota” e não, contradição de objetivos entre formuladores e implementadores, que requer negociação, barganha.

Portanto, a implementação que, inicialmente, é vista como a fase em que simplesmente se colocam em prática os objetivos e metas traçados pelos formuladores, passa também a tomar decisões, a definir quais as estratégias que serão adotadas para atingir os objetivos propostos no desenho dos programas ou os objetivos por ela priorizados ou formulados.

Nessa perspectiva o policycycle não pode ser concebido como um processo simples e linear, mas sim como um processo dinâmico, que não tem ponto de partida ou de chegada definidos, e que envolve não só formuladores e implementadores, mas também os stakeholders –pessoas envolvidas numa política ou nela interessadas. Dessa forma, “[...] a implementação é entendida como um processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só implementadas” (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999, p. 6).

Portanto, é de fundamental importância considerar os diferentes ciclos que compõem uma política pública - formulação, implementação e resultados e impactos - e ter a avaliação presente em cada um deles. A partir dessas considerações, fica evidenciada a importância de se avaliar políticas públicas em todas as suas fases, pois o somatório desses resultados é que vai dar sentido ao redirecionamento dos programas. Lubambo e Araújo (2003, p. 4) apresentam uma síntese acerca das especificidades da avaliação nas diferentes fases do ciclo da política:

A focalização na formulação responde à preocupação de identificar a adequabilidade das ações/estratégias às demandas existentes. A avaliação de implementação permite compreender e analisar aspectos diversos da dinâmica institucional e organizacional, no tocante ao funcionamento do programa, incluindo sua formulação.

Por sua vez, a avaliação dos resultados e impactos objetiva compreender e analisar o que se obteve com o programa, inclusive na sua implementação.

Os conselhos, vinculados ao Poder Executivo e distribuídos pelos três níveis de governo, também são instâncias de participação que auxiliam o poder público a planejar, formular e controlar a execução de políticas.

Conselhos de políticas públicas podem ter caráter consultivo ou deliberativo. Ainda que em ambos os casos se trate da importante tarefa de incorporar atores sociais nas decisões sobre políticas públicas, os conselhos de caráter deliberativo, em geral, se diferenciam em relação à sua capacidade de produzir decisões vinculantes sobre políticas e programas.

As discussões realizadas nos textos a seguir abordam, na primeira seção, três contribuições que exploram a temática da avaliação de políticas públicas. A segunda seção traz, sob diferentes perspectivas, debates em torno de problemas recorrentes – a pobreza e a questão agrária brasileira – e os novos desafios a eles relacionados, resultantes, em parte, da própria forma de atuação do Estado.

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas são etapas importantes do planejamento da ação governamental. Em qualquer definição sobre o que se considera o ciclo das políticas públicas, quer em um modelo mais centrado na elaboração do orçamento, quer em um modelo ampliado do ciclo de planejamento e gestão, as etapas de monitoramento e avaliação das políticas são fases substantivas daquele ritual.

Contextualização da ATER nos Assentamentos Federais no Estados de São Paulo

Para proposição da pesquisa é relevante para o entendimento do contexto institucional e normativo da prestação dos serviços de ATER no estado de São Paulo sob a jurisdição da Superintendência Regional do INCRA compreende o período que se inicia com a instituição da PNATER (2010) e a realização das primeiras Chamadas Públicas para contratação das prestadoras desse serviço por meio de contratos até o presente momento.

A partir de 2003, o Governo Federal priorizou a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural voltada aos assentamentos de Reforma Agrária, como decorrência da necessidade de qualificação da Reforma Agrária expressa no lema do II PNRA de 2005, “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”.

Com base nos conceitos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o INCRA publicou a Norma de Execução nº 39, em 30 de março de 2004, criando o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), sendo esse um primeiro marco importante da priorização desses serviços para os assentamentos de Reforma Agrária.

A Superintendência Regional do INCRA em São Paulo buscou prestar os serviços de assistência técnica, inicialmente através de Convênios com entidades de reconhecida competência acadêmica e ligadas às Universidades Públicas Estaduais, como a UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Neto” que possui 43 campi espalhados pelo interior e próximos aos assentamentos, sendo inicialmente firmado convênio com a FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (2003 a 2005) e posteriormente com a FEPAF – Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais ligada à Faculdade de Ciências Agrárias da UNESP – campus Botucatu.

Em 2010 ocorreu significativa mudança na operacionalização dos serviços de ATER prestados aos assentamentos de Reforma Agrária do estado de São Paulo, pois o instrumento utilizado deixou de ser o Convênio, passando a ser Contrato, onde o pagamento e, portanto, o controle administrativo, se faz contra a apresentação da comprovação dos serviços prestados, sendo que a FEPAF permaneceu como Contratada em 2010 até fevereiro de 2011.

Em janeiro de 2011 o INCRA-SP contratou a FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para a prestação de serviços de fomento e apoio às organizações cooperativas e associativas dos assentamentos de Reforma Agrária do estado de São Paulo, para o período de fevereiro de 2011 a janeiro de 2013.

A partir da publicação dos novos marcos legais e normativos da PNATER em 2010, a Superintendência Regional do INCRA em São Paulo realizou a primeira Chamada Pública (2010) para contratação de Entidade Executora sendo contratada a empresa BK Consultoria e Serviços LTDA. para o período de fevereiro de 2011 até setembro de 2012, a qual foi vencedora nos 04 Lotes da Chamada Pública de ATER, Lote Nº 01 – Pontal do Paranapanema, Lote Nº 02 – Andradina e Promissão, Lote Nº 03

– Araraquara, Lote N° 04 – Grande São Paulo e Sudoeste. Posteriormente, em virtude de problemas na realização da nova Chamada Pública, foi contratada emergencialmente de novembro de 2011 até março de 2012.

Na segunda Chamada Pública (2011) a prestação de serviços de ATER foi direcionada aos assentamentos federais no estado de São Paulo e as empresas vencedoras foram as seguintes: Lote N° 01 – Pontal do Paranapanema – Fundação ITESP; Lote N° 02 – Andradina – COATER – Cooperativa dos Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Lotes N° 03 – Promissão, N° 04 – Araraquara e N° 05 – Grande São Paulo – IBS – Instituto Biosistêmico.

Avaliação e monitoramento

Nesse capítulo iremos tratar no que se refere à avaliação e ao monitoramento a distância e in loco na aplicação da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural no Instituto de colonização e Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Para isso utilizamos a aplicação de questionários, o acompanhamento das atividades de campo como oficinas locais nos Projetos de Assentamentos e as oficinas regionais organizada pela prestadora de serviços do Núcleo Operacional de Promissão, e dos núcleos operacionais denominados Promissão e Araçatuba.

TABELA 1 - Núcleo operacional nº 03 - Promissão

NÚCLEO OPERACIONAL 3 – PROMISSÃO		
Descrição		
NÚCLEO DE APOIO ARAÇATUBA		
NOME	MUNICÍPIO	Capacidade
PA HUGO SILVEIRA HERÉDIA	ARACATUBA	60
PA CHICO MENDES	ARACATUBA	267
PA ARAÇÁ	ARACATUBA	80
PA SÃO JOSÉ I - GLEBA I	BIRIGUI	48
PA SÃO JOSÉ I - GLEBA II	BREJO ALEGRE	2
PA SALVADOR	BREJO ALEGRE	20
TOTAL		477
NÚCLEO DE APOIO PROMISSÃO		
NOME	MUNICÍPIO	Capacidade
PA CAFEZÓPOLIS	CAFELÂNDIA	3
PA ANTONIO LAFAIETE DE OLIVEIRA	GALIA	21
PA MARGARIDA MARIA ALVES	GALIA	15
PA SIMON BOLIVAR	GETULINA	49
PA ANTONIO CONSELHEIRO	GUARANTA	151
PA FAZENDA PASTO DO PLANALTO	GUARANTA	27
PA PIRAJUI	PIRAJUI	7

PA VITÓRIA	PIRAJUI	10	
PA PALMARES	PRESIDENTE ALVES	31	
PA SÃO FRANCISCO II	PRESIDENTE ALVES	28	
PA FAZENDA REUNIDAS	PROMISSAO	630	
PA DANDARA	PROMISSAO	203	
TOTAL		1.175	
	ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIO	CAPACIDADE
TOTAL	18	10	1.652

Metodologia do monitoramento “*in loco*”

O Monitoramento *in loco* é realizado por profissional qualificado, chamado no contrato de Monitor, de Nível Superior com conhecimento e experiência de trabalho em assentamentos rurais e em pesquisas relacionadas aos assentamentos, não se tratando apenas de um aplicador de questionários, nem apenas de um técnico de campo, nem de um pesquisador de viés acadêmico, ou seja, perfil que possibilite a análise e compreensão de maneira rápida dos dados observados em campo.

Os obtidos por uma série diversas de fontes e meios, pelo acompanhamento das atividades coletivas da ATER, por aplicação de questionários aos beneficiários da reforma agrária, por entrevistas semi-estruturadas; acompanhamento das oficinas de Assentamentos e regional de avaliação e de conversas com agentes qualificados que atuam no contexto e processos da ATER nas regiões: assentados, lideranças de movimentos sociais e organizações produtivas, técnicos, gestores públicos, gestores das entidades executoras, padres, prefeitos, fazendeiros, etc.

- Entender o cenário/ambiente em que seu trabalho está sendo desenvolvido e perceber como a implementação das políticas públicas e o desenvolvimento das famílias afetam as comunidades atendidas e identificar suas novas necessidades.
- Aplicar um conjunto de processos presenciais, por meio de visitas e observações locais, onde monitores ou outros agentes realizam pesquisas rápidas e simplificadas, quantitativas ou qualitativas que permitam a verificação de como os Serviços de ATER estão sendo realizados e se estão atingindo seus objetivos e metas visando o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, permitindo adotar medidas corretivas para melhorar sua

operacionalização, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos.

- Assistir e Subsidiar a Avaliação da Implementação da Política Nacional de ATER no estado de São Paulo.
- A partir dos dados coletados e/ou visitas e reuniões técnicas às comunidades analisar a consistência do modelo lógico e dos processos utilizados de aplicação das políticas públicas de desenvolvimento, a adequação às características do público-alvo e identificação de indicadores que poderiam ser utilizados para melhoria do monitoramento e avaliação dos Serviços de ATER.

DAS TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS

Realização do levantamento diferenças entre as técnicas quantitativas e qualitativas e algumas vantagens das técnicas qualitativas para descrição de fenômenos rurais, que normalmente apresentam grande variabilidade de situação e complexidade, com muitas variáveis, sendo recomendadas, portanto, em casos onde a aplicação de técnicas quantitativas se mostre inviável operacionalmente ou excessivamente custosa diante dos resultados e informações que pode proporcionar.

No escopo da atividade de Monitoramento da aplicação da PNATER no estado de São Paulo aos assentamentos federais de Reforma Agrária, as técnicas de pesquisa qualitativa podem auxiliar a obtenção de informação útil para os gestores públicos a baixos custos. Não se trata de aplicá-las com objetivos exclusivo acadêmicos, mas de utilizá-las para produção de informações úteis e tempestivas para a atuação do gestor durante a vigência e execução de um programa.

Assim, a utilização de entrevistas semiestruturadas com agentes qualificados no processo de aplicação da PNATER num Núcleo Operacional, ou região, pode ser feita com base num roteiro de questões prioritárias e sempre precedida da caracterização da região com base nas informações secundárias do meio físico, econômicas, sociais, entre outros.

Quanto aos critérios para a descrição de uma região-contexto para situar e localizar um projeto de assentamento foi colocado que se deve sempre partir das configurações naturais, principalmente solo, clima e hidrologia, variáveis que sempre

afetam o desenvolvimento agropecuário. Mas, após reconhecer as diferenças naturais devem-se voltar os olhos para o tipo de “sociedade regional” que ocupa a região, seus agentes econômicos principais, urbanos e rurais, suas peculiaridades culturais, festas e tradições importantes como as manifestações culturais típicas da região, como o encontro de contadores de história do Assentamento Fazenda Reunidas, as folias de reis, os rodeios. Além de verificar as relações que ligam a região, natureza, economia, sociedade, campo, cidade, que se desenvolvem num campo de contradições políticas que conforma certas relações com as políticas governamentais municipais, estaduais e federais.

A construção de diagnósticos de regionalização de dinâmicas agropecuárias deve sempre basear-se primeiramente nos dados secundários disponíveis sobre a economia e a agricultura regional. As práticas de diagnósticos “rápidos” e “participativos” que se tornaram frequentes entre pesquisadores e agentes atuantes, junto a agricultores familiares e assentados de reforma agrária, muitas vezes, deixam de coletar e registrar dados secundários disponíveis, conduzindo a conclusões e caminhos que não levam em consideração a realidade empírica dos problemas e desafios inerentes desenvolvimento dos agricultores familiares.

A postura metodológica recomendada deve ser avaliar as possibilidades e potencialidades da comunidade para conquistar seu desenvolvimento contra o peso e importância das forças que trabalham para seu insucesso, como condição para diagnósticos realistas.

Neste contexto, não obstante o contrato entre a FESPSP e o INCRA para realização do monitoramento prevê unicamente o levantamento quantitativo, o levantamento de informações através do método qualitativo pode ser realizado de modo complementar, desde que as informações e orientações possam ser úteis para a gestão cotidiana de ATER.

Para o desenvolvimento da atividade de monitoramento será realizada pesquisa quantitativa desenvolvida por meio de aplicação de questionário pré-codificado. Considerando as recomendações operacionais, os instrumentos de coleta de dados serão aplicados pelos técnicos, mensalmente, em uma amostra dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Levando em consideração a diversidade do meio rural, utilizamos a técnica mais conhecida para se trabalhar nesse contexto, que é o método de survey.

(HYMAN, 1967). DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031 Afirmam que a coleta de dados geralmente é realizada nestes estudos por questionários e entrevistas que apresentam variáveis distintas e relevantes para pesquisa, que em análise é geralmente apresentado por tabelas e gráficos.

Onde para isso, foram aplicados questionários seguindo a metodologia nos indivíduos residentes nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Núcleo operacional de Promissão, denominados de núcleos de apoio: Promissão e Araçatuba, sendo esses monitorados por meio de uma amostra aleatória simples. Sendo utilizado no Pré teste o tamanho da amostra recomendada' no 'Manual de Acompanhamento de Contratos da Ater' do MDA que dispõe a seguinte tabela:

TABELA 2 – Amostra Recomendada/MDA e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal

Núcleo Operacional	Capacidade dos PA'S	Número de Técnicos de ATER	Amostra Anual Recomendada	Famílias Monitoradas/ Relatório Mensal
N.O. - 3	1.652	19	312	34

Ao seguir a recomendação supracitada pode-se depreender que para cada segmento tamanho amostrado foi considerado um nível de confiança de 95% e um erro amostral (E) de $\pm 5\%$. Assim, se fosse considerado o erro em questão para uma população (n) desconhecida seria necessária uma amostra de pelo menos 400 casos anuais para a representação de cada segmento.

Assim, procedendo a um ajuste para cada Núcleo Operacional Promissão (N.O.) 03 chegamos ao seguinte plano amostral:

TABELA 3 - Amostra Anual Recomendada após análise seguinte recomendações estatísticas e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal:

Núcleo Operacional	Capacidade PA'S	Amostra anual ajustada	Amostra mensal	Amostra mensal Recomendada
N.O. - 3	1.652	322	32	40

Note-se a recomendação (expressa na coluna ‘Amostra mensal recomendada’) que arredonda para 40 o número de entrevistas mensais a guisa de padronizar a amostra – dado que a amostra anual/ mensal é muito parecida entre os segmentos – e objetivando uma maior consistência dos dados coletados.

Desse modo serão aplicados, após os resultados do pré-teste e a definição do instrumento de coleta, a partir de abril de 2013 até janeiro de 2014, 394 questionários do Núcleo Operacional 03, ultrapassando em todos os casos a amostra anual recomendada:

TABELA 4 – Amostra Anual Recomendada após análise seguinte recomendações estatísticas e Famílias Monitoradas / Relatório Mensal:

Núcleo	Nº de questionários	Número de meses da	Total de questionários
Operacional	aplicados por mês	pesquisa	Aplicados
N.O. - 3	40 + 36 Pré teste	9	394

Sendo que na realização do pré-teste não seguiremos o plano amostral desenvolvido, pois esta fase teve como objetivo principal avaliar a qualidade do texto e do formato das questões, conforme questionário no **apêndice A**, bem como verificar se a elaboração das mesmas atende aos quesitos necessários para a realização das fases anteriores do projeto de pesquisa. De todo modo, para que as informações coletadas nessa etapa serviram também a análise, consideraremos o número de famílias acompanhadas mensalmente segundo disposto na tabela da página anterior.

DA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Na definição do instrumento de coleta de dados da pesquisa quantitativa de tipo *survey* a ser realizada junto aos beneficiários do programa ATER optou-se pelo formato de questões diretas a ser iniciado por perguntas de fácil compreensão que gradativamente, após o envolvimento e ativação da memória do entrevistado, introduz perguntas mais específicas que objetivam avaliar os principais problemas no desenvolvimento do assentado, bem como a relação com os serviços de ATER.

Deste modo, o questionário foi elaborado, tendo alguns pressupostos metodológicos. Primeiramente, tendo em vista que o objetivo é coletar dados que

possam orientar a elaboração de políticas públicas, o questionário de monitoramento procurou preservar as perguntas constantes do ‘Manual de acompanhamento dos contratos de ATER’ do MDA (MDA 2012), que são respondidas, na ocasião da fiscalização, por servidor do INCRA. Tal opção metodológica se deve ao fato de permitir a comparabilidade entre as informações colhidas na fiscalização (1 vez por ano) e aquelas do monitoramento (1 vez por mês em 10 meses do ano).

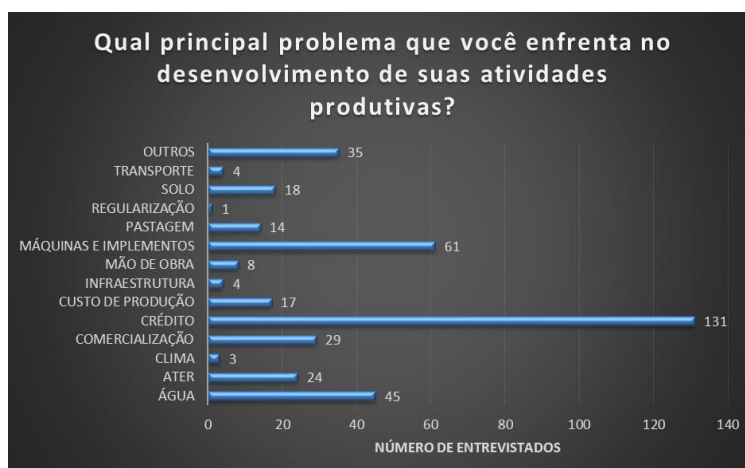
Ainda decorrendo de critério metodológico similar ao apontado, o Questionário do Monitoramento arrolará uma série de perguntas de aferição das condições do assentado que são praticamente as mesmas utilizadas pela Pesquisa Nacional de Qualidade de Vida nos Assentamentos de Reforma Agrária, referentes às condições da mão-de-obra, infraestrutura etc. Ao final o Questionário do Monitoramento arrolará perguntas que buscam avaliar as situações que o assentado vive, bem como averiguar a opinião do entrevistado sobre sua relação com a ATER.

Os pré-testes de adequação das técnicas de monitoramento envolveram um primeiro teste, este realizado exclusivamente com as mesmas perguntas do questionário do Manual do MDA, onde foram avaliados aspectos mais externos ao conteúdo das questões, tais como logística do acesso ao entrevistado, tempo de resposta das questões, perguntas que causem algum tipo de constrangimento, perguntas ambíguas ou que causem confusão de resposta. Com isso, foi realizado o segundo teste, com a introdução de perguntas ao questionário inicial, que passou de 15 para 42 questões.

Da aplicação dos questionários e resultados

Os questionários de monitoramento aplicados, observou a representatividade das realidades e dinâmicas agrárias do Núcleo Operacional, a diversidade de situações dentro dos assentamentos e aspectos como dificuldades logísticas e operacionais.

FIGURA 1 - PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES PRODUTIVAS.

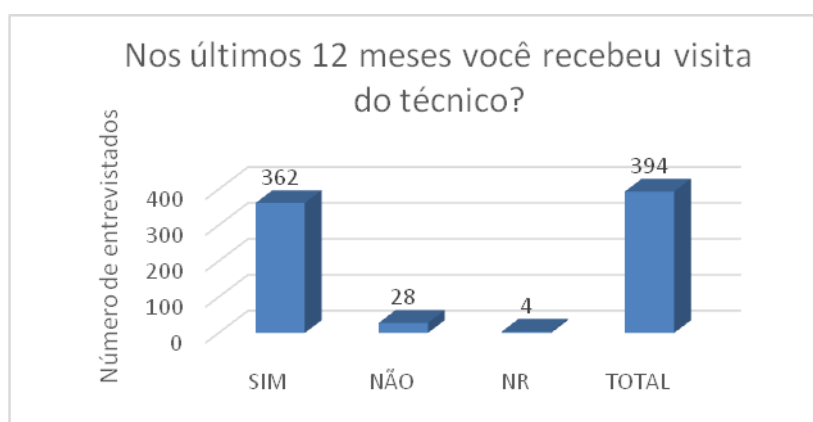


Analisando os resultados quanto a pergunta relacionada ao principal problema que o beneficiário da Reforma enfrenta para o desenvolvimento das atividades produtivas no lote, verificamos que o problema em primeiro lugar foi o acesso ao crédito, seja por problemas de inadimplência, por dificuldades na elaboração do projeto de crédito ou problemas relacionados à política de crédito, onde uma grande maioria cita a palavra burocracia, é corriqueiro ouvir com frequência as seguintes frases: “O banco nos discrimina”; “O gerente não gosta de assentados”; “É muita burocracia para acessar o crédito”.

Em segundo lugar pode ser verificado pelos agricultores assentados a falta de máquinas e implementos agrícolas, que segundo os agricultores assentados, ocasionam problemas em relação ao plantio no prazo adequado.

Em terceiro lugar observamos ainda o problema de acesso à água para o desenvolvimento das atividades produtivas, uma vez que o INCRA quando da criação do Projeto de Assentamento. Disponibiliza água potável para o consumo, ficando a busca de alternativas de água para o desenvolvimento da produção pelos agricultores assentados.

FIGURA 2 – EM RELAÇÃO AO RECEBIMENTO DE VISITA TÉCNICA.



No que diz

respeito ao recebimento de visitas pela Assistência técnica, 91,9% informaram ter recebido visitas. Sendo que é recorrente as falas dos agricultores assentados entrevistados: “eles vem mais não vai na roça”; “As visitas são muito rápidas”; “Tinha que ter técnicos mais informados”: “A região é produtora de grãos e de hortaliças e não tem agrônomo ou técnico que conheça dessas produção.”

FIGURA 3 – EM RELAÇÃO AO Nº DE VISITAS RECEBIDAS



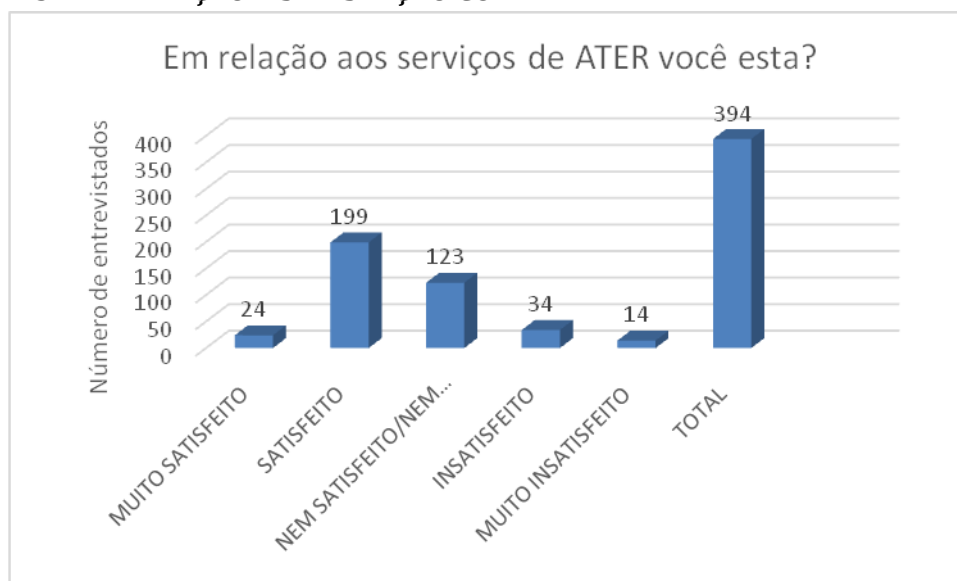
Ainda relacionada às duas questões anteriores o beneficiário respondia se, nos casos em que havia recebido ao menos uma visita. Sobre este aspecto verificou-se que mais de 65% dos entrevistados afirmam que ‘sim’, as atividades de visitas individuais eram proveitosas. Um percentual de 44,0% dos entrevistados recebeu entre uma e três visitas, 9,0% registrou ‘não ter recebido visitas’.

FIGURA 4 – EM RELAÇÃO AO APROVEITAMENTO DA VISITA TÉCNICA.



Quando perguntado se a visita técnica individual foi proveitosa. Sobre o aspecto de aproveitamento da visita, 76,0 % considerou proveitosa as visitas dos técnicos da ATER.

FIGURA 5- EM RELAÇÃO A SATISFAÇÃO COM A ATER.



De um modo geral 56,6% dos beneficiários da ATER disseram estar no grau de satisfação (muito satisfeitos e satisfeitos) com as atividades e serviços da política de assistência técnica e extensão rural, 12,2% disseram estar no índice de insatisfação (insatisfeitos ou muito insatisfeitos e 31,2% disseram estar nem satisfeito e nem insatisfeito. Assim, podemos afirmar, somando-se os percentuais de Muito Insatisfeito, Insatisfeito e nem satisfeito e nem insatisfeito, ou seja, a indiferença e a insatisfação representam 43% dos entrevistados estão menos satisfeitos com as atividades e serviços desenvolvidos e implantados pela Assistência Técnica e Extensão Rural.

Das Oficinas de avaliação (relatórios das oficinas)

De acordo com o contrato de ATER a empresa prestadora de serviços para o Núcleo Operacional de Promissão para os Núcleos de Apoio de Promissão e Araçatuba, como as demais empresas contratadas, tem como meta a realização de oficinas em seus contratos para avaliação dos serviços contratados, com a finalidade de verificar participativamente com os beneficiários a execução dos serviços no período do contrato vigente.

O INCRA através das ferramentas de monitoramento in loco e fiscalização busca subsidiar a equipe da Superintendência Regional do INCRA SR (08) São Paulo, responsável pela Gestão, Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e fiscalização dos Serviços de ATER. As ferramentas tem sido utilizada para verificação dos resultados da implementação dessa Política Pública nos Projetos de Assentamentos do

N.O. Promissão atendidos pela PNATER, conforme definido no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico 013/2012.

Considerando a realização das oficinas regional de avaliação de ATER do Núcleo Operacional de Promissão realizada pela empresa contratada Instituto Biossintético – IBS, com a finalidade em verificar os serviços de ATER/IBS a partir das oficinas regionais de avaliação realizadas nos municípios de Araçatuba e Promissão, ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, foi realizado o monitoramento através do Convênio FESPSP x INCRA.

No que se diz respeito à sensibilização e mobilização para participação dos representantes de Assentamentos do N.O. Promissão, ocorreu a ausência dos Assentamentos pertencentes ao Núcleo de Apoio de **Promissão: Maria Margarida Alves; Pasto do Planalto e Cafezopolis** e em **Araçatuba: São José I e Salvador**.

Os PA'S que não compareceram nas oficinas, são os que tem feito críticas a assistência técnica da empresa prestadora de serviços IBS, sendo que no caso do Núcleo de Apoio de Araçatuba, ocorreu ameaça de mobilização para não assinar controle das atividades quando das visitas dos técnicos do IBS, em virtude do tempo curto das atividades que segundo os assentados variam de 5 a 10 minutos e da ausência da ATER no Assentamento.

Os assentamentos pertencentes ao Núcleo de Apoio Promissão também fizeram críticas com justificativas, em relação à rapidez dos técnicos nas visitas de ATER, sendo justificado pela distância de Promissão e quantidade de demandas e de famílias a serem atendidas por técnico no Núcleo operacional de Promissão. Vale salientar que nas duas oficinas ocorridas nos dois núcleos operacionais Promissão e Araçatuba ocorreram à participação massiva dos técnicos contratados pela empresa IBS, onde participaram das discussões de grupo e do plenário.

Em relação à metodologia utilizada pela empresa IBS para avaliação ATER, a empresa utilizou de informações levantadas pelos agricultores assentados nas oficinas de planejamento com as seguintes questões apresentadas aos participantes:

- Qual é o nosso Papel?
- Demandas apresentadas nas oficinas planejamento início do contrato;
- Resultados obtidos;
- Levantamento de demandas para 2014.

Durante a oficina seguindo o roteiro apresentado pela equipe IBS, onde relatou os problemas enfrentados das políticas públicas do Incra e das ações realizadas pela empresa com os beneficiários e nos Assentamentos. A empresa se baseou para realizar a avaliação dos serviços de ATER prestados em pontuações de planejamento no início do contrato. Para avaliação não foi apresentado pela equipe às metas contratadas para objeto de discussão e avaliação. Sendo após discussão elaborado a seguinte planilha com as demandas para serem executadas pelo Incra e IBS em um próximo contrato de renovação da ATER , conforme tabela 5

TABELA 5 - Levantamento de demandas pelos assentados do Núcleo de Apoio ARAÇATUBA:

IBS	INCRA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Exclusão e inclusão de cônjuge; 2. Permuta entre assentados e regularização; 3. Obras da CODASP, Problemas de transporte escolar e escoamento da produção; 4. Programa melhor caminho na estrada, parceria INCRA; 5. Moralização dos Assentamentos; 6. Questão de notificação dos lotes irregulares gado nas estradas; 7. Poços comunitários; 8. Relacionamento com o BB; CCU Vencido Hugo Silveira Herédia; 9. RB para acesso ao MCMVR; 10. Crédito Fomento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuação dos cursos; 2. Plantão dentro dos PA'S; 3. Apoio Mulher, faltando liberação; 4. Piscicultura; 5. IATF; 6. Discussão do SAF'S; 7. Discussão de PSF com a Prefeitura; 8. Apoio Mulher – gado recolhido por fornecedores por falta de pagamento; 9. Relacionamento com o BB; 10. Visitas ambientais.

TABELA 6 - Levantamento de demandas pelos assentados do Núcleo de Apoio Promissão:

IBS	INCRA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Renegociação de dívidas; 2. Acompanhar aplicação projeto de Investimento; 3. Comunicar as lideranças das ações que estão acontecendo; 4. Campanha redução dos agrotóxicos; 5. Adquirir GPS para equipe ATER; 6. Diálogo entre técnico x assentados; 7. Contratar agrônomo para acompanhamento plantios se seringueira; 8. Atividade IBS qualidade do leite, vaca móvel a cada 3 meses; 9. Apoio as organizações logística de veículo; 10. Curso para grupo de mulheres, olericultura orgânica; 11. Técnico para atender Associações e cooperativas; 12. Especialização dos técnicos; 13. Contratação de técnicos do assentamento; 14. Comunicar as organizações sobre as contratações; 15. Delimitar o trabalho da Mariana para região; 16. PMCMVR para o P.A. Antônio Conselheiro I. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso á água; 2. Estradas; 3. Energia/ Potência transformador; 4. DAP para agregado; 5. Agilidade na emissão de documentos; 6. Moralização PA'S; 7. Apoio mulher; 8. Piscicultura Incra x MPA; 9. Contratação de agrônomos e mais veterinário; 10. Viabilizar a cessão de uso área comunitária; 11. Aumentar número de visitas; 12. Veículo para cada técnico;

Em relação aos profissionais contratados, a sua maioria tem uma boa relação com os assentados, tendo a Ibs priorizado nas contratações profissionais da região, conhecedores dos problemas regionais. Mas foi apontada a importância da empresa IBS melhorar a qualificação dos profissionais, uma vez que a orientação técnica é deficiente e em alguns PA'S inexistem, denominadas pelos assentados como visitas para assinatura de papel, tendo sido questionado nas oficinas, Segundo os assentados, acabam deixando de lado o atendimento as questões produtivas, justificado pelos próprios assentados da existência de poucos técnicos para atender o numero de assentados, tendo um grande volume de trabalhos a serem realizados pelos técnicos contratados. A IBS enfatizou em todas as oficinas o déficit de servidores no INCRA, tendo esses que suprir os serviços inerentes aos servidores públicos da autarquia, aumentando com isso o volume de atividades, dificultando esses a realizarem o trabalho de campo, argumento esse feito pela coordenação do N.O. de Promissão nas oficinas.

CONCLUSÃO

Essa análise levou em conta à execução da política pública de Assistência técnica e Extensão Rural através da empresa Biossistêmico – IBS no lote nº 03, Núcleo Operacional de Promissão, através dos núcleos operacionais de Promissão e Araçatuba, na qual podemos verificar que 43% dos entrevistados estão menos satisfeitos com as atividades e serviços desenvolvidos e implantados pela Assistência Técnica e Extensão Rural.

Com isso a iniciativa do Incra SR (08) através do monitoramento in loco para a ATER, compreendendo os processos presenciais, de checagem através da pesquisa rápida, na participação das oficinas, na aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas como forma de verificar a execução política pública de ATER, além dos instrumentos, Siater e a fiscalização a distância complementares, tem sido fundamental na verificação da execução do contrato da ATER.

Portanto, cabe a ANATER, além dos sistemas à distância, incorporar o monitoramento in loco e continuo como estratégia na gestão e execução da ATER e

avaliação horizontal como atividade complementar de participação da sociedade civil e o Gestor público da ATER.

Referências Bibliográficas

United States. General Accounting Office (GAO). The results act. An evaluator's guide to assessing agency annual performance plans. GAO/GGD-10.1.20, 1998.

Jannuzzi, Paulo de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, Editora Alínea, 2. ed., 2003.

Garcia, Ronaldo C. Avaliação de Ações Governamentais: pontos para um começo de conversa. Brasília, IPEA/CENDEC, out., 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

_____. *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Brasília, 2010.

_____. **Chamada Pública, Nº 01/2010 de julho de 2010**. Brasília, 2010b.

MDA. Manual de Acompanhamento dos Contratos de ATER. SAF/DATER. Brasília-DF, 2012.

BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010. Regulamenta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária MDA. Manual de Acompanhamento dos Contratos de ATER. SAF/DATER. Brasília-DF, 2012.

MDA-INCRA. NOTA TÉCNICA/INCRA/DD/Nº 01/2010. Chamada Pública dos serviços de ATER. Brasília-DF, novembro, 2010.

INCRA – SR(08). Chama Pública dos Serviços de ATER/INCRA/SR (08)/nº01/2011. São Paulo-SP, outubro, 2011.

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56(2): 137-160, abr/jun 2005.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar Modelo Lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação, Nota Técnica nº 6. Brasília-DF; IPEA, 2010

ROSSI, P.H. et al. **EVALUATION a systematic approach**. 7th ed. Thousand Oaks-CA: 2004.

http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/joined_document.pdf

Aspectos formais, operacionais e desafios para as formas de contratação no setor público: Licitações a contratação na administração pública. (Itani *et al.*, 2014).

Apêndices

Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

(para uso da supervisão) N.O. Nº _____ N°G _____

Questionário de monitoramento da ATER

Nº QUESTIONÁRIO		MOMENTO DE APLICAÇÃO	
MONITOR		DATA	/ / 201
HORA INÍCIO	:	HORA TÉRMINO	:

PRESENTE NA RB 1 Sim 2 Não
Se 'não'. Sabe o nome do titular do lote?
1 Sim. Qual? _____
2 Não

Bom dia/Boa tarde. Meu nome é... Sou da FESPSP e estou realizando uma pesquisa para o INCRA. Você pode, por favor, responder a algumas perguntas? Essa pesquisa é importante para avaliar os serviços aos beneficiários da Assistência Técnica e Extensão Rural. Os resultados são confidenciais e seu nome não será citado em momento algum.

DADOS DO ENTREVISTADO

NOME DO ENTREVISTADO		SEXO	1 M 2 F	IDADE	
COR	1 Branca 2 Negra 3 Parda/ Mulato 4 Indígena 5 Amarela/ Oriental				
ESCOLARIDADE	1 Analfabeto 2 Primário Incompleto (até 3ª série do Ens. Fundamental) 3 Primário Completo (até 4ª série do Ens. Funda.) 4 Ginasial Completo (até a 2ª série do Ens. Fundamental) 5 Colegial Completo (Ensino Médio) 6 Superior Completo				
ASSENTAMENTO					
MUNICÍPIO DO BENEFICIÁRIO		UF			
LOTE Nº		ÁREA DO LOTE (ha)		TELEFONE ()	

Pi. Qual o principal problema que você enfrenta no desenvolvimento de suas atividades produtivas?
_____ **Pi.1.** E o segundo principal problema? _____ **Pi.2.** E o terceiro? _____

Pii. Você sabe qual empresa/entidade o INCRA contratou para prestar serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para você/para seu assentamento?

1 Sim **Pii.1.** Qual? _____ 2 Não

Bateria de avaliação da ATER

INSTRUÇÃO: DE P1 a P12 utilizar sempre o nome da empresa/entidade contratada no lote para fazer as perguntas.

P1. Você recebeu visita de técnico(a) da ATER/INCRA do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] que perguntou sobre o seu lote (sua terra)?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P2. Em sua opinião houve planejamento por parte da ATER/INCRA do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] para a realização das atividades desenvolvidas junto aos beneficiários?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P3. Vou ler uma lista de atividades que a ATER do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] desenvolve junto aos beneficiários do programa ATER. Responda em quais tipos você já participou (LEIA A LISTA ITEM A ITEM AO ENTREVISTADO E PERGUNTE SE JÁ PARTICIPOU)

Atividade	Já participou	Não participou	Atividade	Já participou	Não participou
P3a. Visitas	1	2	P3e. Dia de campo	1	2
P3b. Reuniões	1	2	P3f. Est.de viabilidade	1	2
P3c. Cursos	1	2	P3g. Encontros	1	2
P3d. Seminários	1	2	P3h. Outros	1	2

(P4. E P5. Devem ser aplicadas apenas se houver alguma resposta 'já participou' de P3a. a P3h. Do contrário anotar 'Não se aplica'.)

P4. Quando você participou das atividades (reuniões; visitas; cursos; etc.) você teve oportunidade de expressar sua opinião?

1 Sim 2 Não 77 Não se aplica

P5. Você acha que sua opinião foi levada em consideração pelo técnico presente na atividade?

1 Sim 2 Não 77 Não se aplica

P6. Vou ler uma lista de programas públicos (isto é bolsas, políticas e assistências, políticas assistenciais, auxílios do governo). Quais delas você conhece? (MOSTRAR CARTÃO 1 COM AS OPÇÕES E LEIA UMA A UMA PARA O ENTREVISTADO ANOTANDO A RESPOSTA).

Política Pública	Conhece	Não conhece	Política Pública	Conhece	Não Conhece
P6a. Pronaf	1	2	P6j. Garantia SAFRA	1	2
P6b. Pronaf mulher	1	2	P6k. Bem. Prest. Cont. (BPC)	1	2
P6c. Pronaf jovem	1	2	P6l. Luz para todos	1	2
P6d. Pronaf agroecologia	1	2	P6m. P. Doc. Trab. Rural (PNDTR)	1	2
P6e. Pronaf infraestrutura	1	2	P6n. P. Água p. todos (CISTERNAS)	1	2
P6f. Paa	1	2	P6o. Garantia do preço mín. (PGPM)	1	2
P6g. Pnae	1	2	P6p. Brasil Alfabetizado	1	2
P6h. Bolsa Família	1	2	P6q. Bolsa verde	1	2
P6i. P. org. Prod. P. mulheres rurais	1	2	Outros. Quais? (ANOTAR) P6r.	P6s.	

P7. Você acha que os serviços de ATER do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] (oferecidos pelo INCRA; de assistência à sua terra/ lote) contribuíram no acesso a alguma das políticas citadas na pergunta anterior?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P8. Nos últimos 12 meses você recebeu visita individual de técnico(a) da ATER do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] para tratar de questões ligadas ao seu lote (sua terra)?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P8a. (APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P9.) Quantas visitas você recebeu nos últimos 12 meses? _____ (ANOTAR)

P8.1. [Apenas para 'Sim' em P9] Você achou que esta(s) visita(s) foi (foram) proveitosas? Isto é, contribuíram positivamente para você e para as atividades desenvolvidas em seu lote (terra)?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR 77 Não se aplica

P9. Nos últimos 12 meses você participou de visita coletiva (isto é com a participação de outros assentados além de você) de técnico(a) da ATER do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] para tratar de questões ligadas a vários lotes (terras)?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P9a. (APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P10.) Quantas vezes isto aconteceu nos últimos 12 meses? _____ (ANOTAR)

P9.1. [Apenas para 'Sim' em P10] Você achou que esta(s) atividade(s) foi (foram) proveitosas? Isto é, contribuíram positivamente para você e os outros assentados?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR 77 Não se aplica

P10. Você participa e/ou é associado a algum grupo, associação ou cooperativa de assentados?

1 Sim **P10a.** Qual? _____ 2 Não 88 NS 99 NR

P10.1. (APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P11.) Nos últimos 12 meses o(a) técnico(a) da ATER do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] promoveu alguma atividade com a presença do seu grupo, associação ou cooperativa?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR 77 Não se aplica

P10.1a(APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P11.1.) Quantas vezes isto aconteceu nos últimos 12 meses? _____ (ANOTAR)

P10.2. (APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P11.1.) Você achou que esta(s) atividade(s) foi (foram) proveitosas? Isto é, contribuíram positivamente para o grupo, associação ou cooperativa?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR 77 Não se aplica

P11. Nos últimos 12 meses procurou o técnico do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] para procurar resolver algum assunto?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P11.a. (APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P12.) Quantas vezes isto aconteceu nos últimos 12 meses? _____ (ANOTAR)

P11.1. (APENAS PARA RESPOSTAS 'Sim' em P12.) Você achou que, depois de procurado(a), as ações do(a) técnico(a), foram proveitosos? Isto é, contribuíram positivamente para você?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR 77 Não se aplica

Bateria do perfil produtivo do assentado

P12. Qual a principal atividade que você desenvolve em seu lote (em sua terra)?

(ANOTAR) _____ E qual a segunda (terceira, quarta) mais importante?

(ANOTAR NO MÁX. 3+) **P12.1.** _____ **P12.2.** _____ **P12.3.** _____

P13. Quantas pessoas vivem no seu lote (sua terra)? (ANOTAR) _____

P14. Quantas pessoas trabalham no seu lote (sua terra)? (ANOTAR) _____

P15. Quantas pessoas da sua família vivem no seu lote (sua terra)? (ANOTAR) _____

P15.1. Esta(s) pessoa(s) da sua família que vive(m) no seu lote (sua terra) é (são)?

1 marido/ esposo / companheiro/ etc. 2 mulher/ esposa/ companheira/ etc. **P15.1.1.** Idade _____

(ANOTAR QTDE. FILHOS HOMENS) **P15.2.** _____ (ANOTAR QTDE. FILHAS MULHERES) **P15.3.** _____ (ANOT. QTDE. OUTROS FAMILIARES) **P15.4.** _____

(A SEGUIR ANOTAR O NÚMERO DE PESSOAS DA FAMÍLIA NA FAIXA ETÁRIA CORRESPONDENTE) **P16.1.** De 0 a 6 _____

P16.2. De 7 a 10 anos _____ **P16.4.** De 21 a 30 anos _____ **P16.6.** De 41 a 50 anos _____ **P16.8.** De 61 a 70 anos _____

P16.3. De 11 a 20 anos _____ **P16.5.** De 31 a 40 anos _____ **P16.7.** De 51 a 60 anos _____ **P16.9.** De 71 a 80 anos _____

(A SEGUIR ANOTAR O NÚMERO DE PESSOAS DA FAMÍLIA NA ESCOLARIDADE CORRESPONDENTE)

P16.10. Analfabeto _____ **P16.11.** Primário Incompleto (até 3ª série do Ens. Fundamental) _____ **P16.12.** Primário Completo _____

P16.13. Ginásial Completo (até a 8ª série do Ens. Fundamental) _____ **P16.14.** Colegial Completo _____ **P16.15.** Superior Completo _____

P16a. A(s) mulher(es) da sua família trabalham no lote (na terra)? 1 Sim 2 Não **P16a.1.** Se 'sim' quantas _____

P17. Quantas pessoas na sua família recebem pensão ou aposentadoria? _____

P18. A sua família recebe Bolsa Família?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P19. A renda que sua família obtém com atividades e trabalhos desenvolvidos fora do lote (terra) é?

1 Muito importante 2 Importante 3 Indiferente 4 Pouco importante 5 Nada importante

P20. A sua residência possui 1 Fossa séptica 2 Fossa comum 3 Não possui fossa/ esgoto

P21. A água disponível na residência nos últimos 12 meses foi suficiente para atender a todas as necessidades das pessoas (do consumo humano) da sua casa?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR

P22. Quanto à energia elétrica, para sua residência, nos últimos 12 meses, ela é?

1 Disponível e adequada 2 Disponível, mas com quedas e/ou fraca 3 Não tem energia elétrica

P23. Quanto à via de acesso (estrada, ramal, rua) para o seu lote (terra) você diria que ela é?

1 Ótima 2 Boa 3 Razoável 4 Ruim 5 Péssima

P24. Quanto ao transporte escolar na região de seu lote (terra) você diria que ele é?

1 Ótimo 2 Bom 3 Razoável 4 Ruim 5 Péssimo

P25. Quanto à saúde pública (postos de saúde, Pronto Socorro, hospitais públicos) na região de seu lote (terra) você diria que ela é?

1 Ótima 2 Boa 3 Razoável 4 Ruim 5 Péssima

P26. Você já pensou em desenvolver alguma outra atividade em seu lote (terra)?

1 Sim 2 Não 88 NS 99 NR **P27.1.** Se 'sim', qual? _____

P27. Em relação aos serviços de ATER do(a) [falar nome da empresa/entidade contratada neste NO] você está?

1 Muito satisfeito 2 Satisfeito 3 Nem satisfeito, nem insatisfeito 4 Insatisfeito 5 Muito insatisfeito

P28. Quais suas críticas e/ou sugestões para os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural contratados pelo INCRA? (TRANSCREVER DE FORMA BREVE OS PRINCIPAIS APONTAMENTOS DO ENTREVISTADO) _____

AGRADEÇA E ENCERRE

Declaro que esta entrevista foi realizada de acordo com as instruções da coordenação e que as informações anotadas correspondem fielmente às declarações do entrevistado. Afirmo que manterei sigilo sobre as informações coletadas e que não reproduzirei este questionário para quaisquer usos. Ainda, tenho ciência de que este questionário poderá passar por crítica e controle de qualidade.

Nome _____ RG _____

Cidade _____ Data ____/____/____ Assinatura _____